



MADEIREIRA ASIÁTICA

WTK tem plano de manejo recusado

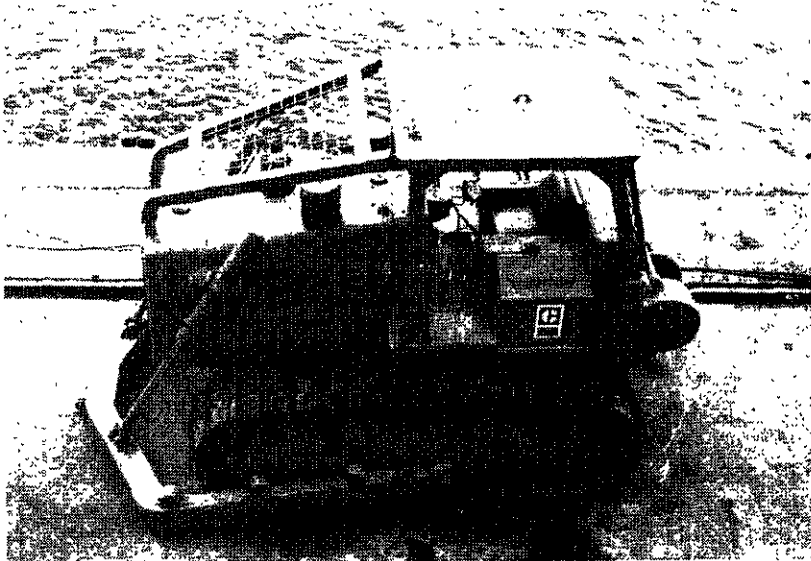
Euzivaldo Queiroz — 14/set/96

A Câmara Técnica de Floresta, formada por órgãos ligados ao meio ambiente do Amazonas negou-se ontem a apreciar o plano de manejo apresentado pela madeireira asiática WTK, registrada no Amazonas com o nome de Amaplac. A empresa não cumpriu requisitos básicos na apresentação do plano - como a comprovação de propriedade da área que deseja explorar e os estudos prévios de impacto ambiental. A área visada para exploração de madeira corresponde a 213 mil 120 hectares entre os rios Canaã e Cunã, no município de Carauari, equivalente a 90% da área inundada pela hidrelétrica de Tucuruí no Pará.

A suspensão da apreciação do plano de manejo da WTK foi proposta pelo presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), Vicente Nogueira.

Recentemente, a Amaplac foi multada pelo Ipaam. As serrarias da empresa estavam poluindo o meio ambiente. Mas a justificativa maior para a não apreciação do projeto, foi a de que a empresa não apresentou o Estudo de Impactos Ambientais (EIA) e Relatório de Impactos ao Meio Ambiente (Rima), sobre suas atividades solicitando licenças ambientais junto ao órgão estadual.

"O Estado não se opõe de maneira cega ao empreendimento, mas eles não podem burlar a legislação", esclareceu Vicente Nogueira. Ficou decidido que o conteúdo do plano de manejo da WTK só será apreciado após aprovação da licença ambiental junto ao Ipaam. Dentre as madeiras asiáticas que estão se estabelecendo no Amazonas, a WTK é a única que já encaminhou plano de manejo ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), que submete a proposta a outras instituições federais e estaduais. Além do Ipaam, participam da reunião da Câmara Técnica de Floresta, representantes do Instituto de Tecnologia do Amazonas (Utam), Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Instituto Fundiário do Amazonas (Ifam) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).



A WTK desembarcou máquinas em Manaus no mês de setembro

Impactos ambientais em questão

Os impactos ambientais com a instalação das madeiras asiáticas na Amazônia serão avaliados na próxima semana em audiência pública. Uma comitiva dos Ministérios do Meio Ambiente; da Indústria Comércio e Turismo; da Política Fundiária; o presidente do Ibama; além de parlamentares da Comissão Especial de Investigação da Câmara dos Deputados estão sendo esperados em Manaus para a discussão do assunto no dia 5 de novembro.

As madeiras asiáticas compraram empresas em falência no Amazonas e tem um novo projeto para a operacionalização da extração de madeira sobretudo na região da calha do Juruá e em Itacoatiara, onde, segundo o Ibama, há um estoque significativo do produto.

Além da Amaplac adquirida pela WTK da Malásia, estão se instalando no Amazonas a chinesa Triajjin Forttne Timber que comprou a

empresa Madeiras Compensadas da Amazônia (Compesa), e mais uma estatal do governo chinês que assumiu 100% das ações da empresa Compensadas da Amazônia S.A. (Cifec). "Até então eram empresas domésticas, que agora vêm com uma dimensão maior de exploração", comenta o superintendente do Ibama, Hamilton Casara. O Ibama suspendeu 70% dos planos de manejo de áreas florestais para submetê-los a revisão, pois não seguiam recomendações técnicas. Nesse montante está outro plano de manejo da Amaplac que a WTK herdou ao comprar a empresa. "Não estamos impondo dificuldades às empresas, a preocupação do Ibama é com o recurso florestal público, para que seja explorado com racionalidade promovendo o desenvolvimento da região e não apenas o lucro das empresas", afirmou Casara.